JORNAL DE
ITAPOÁ
INFORMAÇÃO QUE CONECTA NOSSA CIDADE
Itapoá / SC - Ano 2 - Edição nº 07 R$ 3,00

AMAI
ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE ITAPOÁ
JUNTOS NA ESTRADA, FORTES NO FUTURO!
ITAPOÁ - SC

ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES
ILHA DO MEIO
ITAPOÁ-SC
PORTO DE ITAPEMA
(47) 99744-2495

PORQUE ITAPOÁ AINDA NÃO TEM HOSPITAL? Página 4



A ESTRADA PROMETIDA HÁ MAIS DE 20 ANOS QUE COMEÇOU CONSUMIU RECURSOS E NUNCA CHEGOU AO FIM Página 6









EDITORIAL

O QUE NÓS, ADULTOS, AINDA TEMOS A APRENDER COM AS CRIANÇAS?

Todo dia 12 de outubro acontece mais ou menos a mesma coisa. As vitrines ficam coloridas. As propagandas anunciam brinquedos. Pais e avós procuram presentes. As crianças esperam alguma surpresa.

E está tudo bem. Mas talvez o Dia das Crianças possa servir também para uma pergunta um pouco mais incômoda: Será que, enquanto ensinamos nossas crianças a crescer, não estamos esquecendo algumas coisas que elas poderiam nos ensinar? No Brasil, o Dia das Crianças não nasceu ontem. A data de 12 de outubro foi instituída oficialmente em 1924. Um século depois, talvez seja interessante perceber que celebrar a infância significa muito mais do que entregar um brinquedo. Criança precisa de proteção, educação, alimento, saúde, respeito e segurança. Mas precisa também de tempo. Tempo para brincar. Tempo para perguntar. Tempo para imaginar. Tempo para ser criança.

E aqui começa a parte que diz respeito a nós, adultos. Criança pergunta quando não entende. Adulto muitas vezes finge que entendeu. Criança cai, chora, levanta e tenta novamente. Nós crescemos e começamos a ter medo de cair porque alguém pode estar olhando. Criança faz amizade sem perguntar profissão, salário, patrimônio ou posição social. Em poucos minutos, duas crianças que nunca se viram podem estar dividindo um brinquedo, inventando uma história e construindo um mundo inteiro.

Nós, adultos, conseguimos construir muros em muito menos tempo. Talvez tenhamos chamado de maturidade algumas coisas que, na verdade, eram apenas desistências. Deixamos de perguntar. Deixamos de brincar. Paramos de observar uma formiga carregando uma folha porque temos compromissos importantes demais.

Não olhamos mais demoradamente para as nuvens porque existe uma tela chamando nossa atenção. E aprendemos a correr tanto atrás do futuro que, algumas vezes, passamos pelo presente sem sequer perceber.

Uma criança ainda consegue transformar uma caixa de papelão em castelo, foguete, caminhão ou casa. Talvez seja essa uma das maiores lições da infância: nem sempre precisamos de mais coisas. Às vezes precisamos recuperar a capacidade de enxergar mais nas coisas que já temos.

No Dia das Crianças, compre o brinquedo, se puder. Dê o presente. Faça a festa.

Mas sente no chão também. Escute aquela história que começa confusa e parece não terminar nunca. Responda à centésima pergunta. Brinque. Porque talvez, naquele momento, enquanto acreditamos estar ensinando alguma coisa a uma criança, seja justamente ela quem esteja nos lembrando de algo que esquecemos pelo caminho.

Crescer é inevitável. Deixar de enxergar o mundo com curiosidade, simplicidade e esperança não deveria ser.



REFLEXÃO

SE A CULPA É MINHA, EU COLOCO EM QUEM EU QUISER

Existe uma frase que parece brincadeira, mas revela muito da nossa maneira de encarar a vida: **“Se a culpa é minha, eu coloco em quem eu quiser.”**

Rimos dela, mas talvez devêssemos pensar um pouco mais.

Criamos no Brasil uma cultura curiosa: quando o problema é meu, procuro alguém para resolvê-lo.

Se falta dinheiro, a culpa é do patrão. Se a rua está esburacada, é do prefeito. Se falta estrada, saúde ou segurança, culpamos o governador. Se a economia não vai bem, apontamos para o presidente.

Se a vida não acontece como gostaríamos, às vezes até a religião entra na conta. E, quando tudo mais falha, perguntamos a Deus por que Ele não resolveu.

É a terceirização do nosso infortúnio.

É claro que existem responsabilidades que são, de fato, do poder público. Uma rua municipal não pode ser consertada pelo cidadão com uma enxada; uma rodovia estadual não é responsabilidade do prefeito; e questões nacionais não serão resolvidas pela administração de uma cidade.

Cada problema tem seu território, sua competência e seu responsável.

Mas existe uma parte que é exclusivamente nossa. Esperamos demais que alguém venha resolver a nossa vida. Esperamos o aumento do patrão, o emprego oferecido por alguém, a obra prometida pelo prefeito, a solução anunciada pelo governador, a mudança feita pelo presidente e até o milagre que deveria transformar tudo sem que precisemos mudar nossas próprias atitudes.

Queremos a solução, mas nem sempre queremos assumir a responsabilidade pela aquilo que está ao nosso alcance.

Talvez esteja na hora de inverter essa lógica. Antes de perguntar quem vai resolver meu problema, deveria perguntar: o que eu posso fazer para começar a resolvê-lo?

Não se trata de absolver governos, patrões ou instituições de suas responsabilidades.

Trata-se de não entregar a eles aquilo que é responsabilidade nossa.

Porque quando terceirizamos permanentemente nossas escolhas, também terceirizamos nossa liberdade.

E talvez essa seja uma das maiores dependências do nosso tempo: esperar que alguém faça por nós aquilo que ainda podemos fazer por nós mesmos.

Contato: WhatsApp (49)9 9814-6153 / (47) 9 9713 - 6091

EXPEDIENTE

Tiragem 3000 exemplares

Produzido por:
Vulcano Publicações e Periódicos Ltda
vulcanojornais@yahoo.com.br

Jornalistas Responsáveis:
Wilson Cesar Malinoski.. Registro 5007/SC
Jerusa Soares..... Registro 5937/SC

Oficina de impressão:
Araucaria Industria e Editora Ltda
CNPJ 85251833000188

www.jornaldeitapoa.com.br

Matérias assinadas não refletem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores



«OPINIÃO»

“Eu não tenho compromisso com o erro, pois, eu mudo quando aprendo.”



folhadopontalitapoa@gmail.com

Por: Wilson Cesar Malinoski - Registro JP 5007/SC

Opinião do Pirata da Babitonga

Segue mais afiado, que lamina de aço de navalha...

1. SEM HOSPITAL, COM PROMESSAS

Itapoá cresce feito maré cheia, mas o hospital continua perdido no mapa. Quando a doença chega, o povo embarca noutra nau em busca de socorro. Porto cresce, vila cresce, riqueza cresce.
Só a saúde segue encalhada.

2. ESGOTO: O PIRATA NÃO ENGOLIU

Vendemos praia e natureza, mas o esgoto ainda navega sem rumo.
Onde falta saneamento, sobra perigo para o mar e para o mangue.
A Babitonga não é porão de navio para esconder imundície.
O Pirata avisa: sujeira escondida sempre volta com a maré.

3. LOTEAMENTO À DERIVA

Há terras sendo loteadas como tesouro recém descoberto, mas a infra-estrutura fica para depois. Rua, água, drenagem e esgoto não podem ser promessa de capitão depois da venda. Cidade não se faz repartindo mapas ao vento. Sem rumo, o loteamento vira nau sem leme.

4. MEXEU NO MANGUE, MEXEU NA BABITONGA

Mangue não é terra de ninguém, nem baú aberto à cobiça. É berço da vida e muralha da Babitonga contra a fúria das águas. Quem o destrói não leva apenas barro e raiz. Leva consigo um pedaço do amanhã.

5. A OBRA QUE O MAR NÃO PEDIU

Há obra que ergue placa grande e entrega serventia pequena. Na Praia do Mole, o Pirata pergunta: quem mandou fazer e quem paga a conta? Tesouro público não é espólio de capitão. Obra sem serventia naufraga levando junto o dinheiro do povo.

6. ÁGUA TRATADA, MAS CONFIÁVEL?

Dizem que a água é tratada, mas se o povo não confia, compra água mineral para beber. E o velho Pirata pergunta: quem lucra com essa sede? Água potável deve sair da torneira, não obrigar o cidadão a comprar outro garrafão. Se é segura, provem. Se não é, corrijam.

PIX: LIBERDADE OU CONTROLE?

1. O PIX trouxe mais liberdade para o brasileiro?

Sim. O PIX facilitou pagamentos, transferências e recebimentos, eliminando filas, horários bancários e boa parte da burocracia. Para o cidadão e, principalmente, para o pequeno comerciante, ganhou-se velocidade e praticidade.

2. Se o PIX facilita minha vida, onde está o problema?

O problema não está necessariamente no PIX, mas na dependência que criamos dos sistemas digitais. Quanto mais dependemos deles, mais vulneráveis ficamos quando uma conta é bloqueada, um sistema sai do ar ou uma operação é restringida.

3. **O PIX permite que o Estado saiba o que faço com meu dinheiro?**

As transações digitais deixam registros. Isso não significa que alguém esteja acompanhando cada compra individualmente, mas significa que as movimentações financeiras podem ser rastreadas pelas instituições e autoridades dentro das regras legais. O dinheiro digital deixa uma trilha.

4. Então o PIX controla minha vida financeira?

O PIX, sozinho, não “controla” sua vida. Ele é uma ferramenta de pagamento. A reflexão está em outro ponto: quando quase toda a nossa vida financeira passa pelo ambiente digital, dependemos de instituições, sistemas, regras e mecanismos de controle que não estão sob nosso comando.

5. Afinal, o PIX liberta ou aprisiona?

Pode fazer as duas coisas. Liberta quando reduz burocracia e facilita nossa vida. Pode aprisionar quando a dependência tecnológica elimina alternativas e transforma o cidadão em refém de sistemas que ele não controla.

6. Qual é a verdadeira pergunta que devemos fazer?

Talvez não seja “PIX é bom ou ruim?”. A pergunta mais importante é: quem controla a ferramenta que controla o nosso dinheiro? O PIX trouxe liberdade para movimentar recursos em segundos. Mas liberdade também significa ter autonomia, segurança, privacidade e alternativas.“Liberta o Brasil, mas controla a tua conta.”

A tecnologia deve estar a serviço do cidadão. Quando o cidadão passa a estar a serviço da tecnologia, precisamos parar e perguntar: onde termina a comodidade e começa a dependência?

Para anunciar ▶
ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO
(47) 99713-6098
(47) 99788-5384
(49) 99814-6153

- Cartões de Visita
- Placas luminosas Interna e Externa
- Wind Banners
- Cardápios personalizados
- Folders e Flyers promocionais
- Fachadas comerciais e adesivos

34 ANOS DE ESPERA PORQUE ITAPOÁ AINDA NÃO TEM HOSPITAL?


JORNAL DE ITAPOÁ MARÇO/2000

Retrato do Descaso

JORNAL DE ITAPOÁ

Hospital: obra abandonada causa espanto a visitante

Uma obra destinada a atender uma necessidade da população de Itapoá, o Hospital Municipal do município, começa aos poucos a revelar sinais de total descaso por parte do poder público. Paredes sem reboco, mato pelo jardim, um terreno aos poucos tomado por vegetação e a presença constante no local de uma figura sozinha a cada dia mais sinistra. O que se percebe por detrás de tanta negligência é que o povo é o eterno contribuinte e pagador de impostos.

Moradores revelam toda a sua revolta em entrevistas, onde exaltam o descaso da saúde e a necessidade de que se dê fim ao eleitoreirismo e a correlação de forças dentro do município, que só beneficia um ou outro.

JORNAL DE Itapoá 3

Voltolini garante hospital

O candidato da coligação União por Itapoá, Everaldo Voltolini (PMDB), prometeu em entrevista na manhã de ontem à Rádio Comunidade, que se for eleito, o hospital será uma das primeiras obras do seu governo. Voltolini apontou que realizará uma eficiente administração para que se tenha uma saúde de qualidade em Itapoá, tendo o hospital como ponto de partida para o início dos trabalhos.

"Não é desde a campanha passada que se fala no hospital. Em 1996 eu já dizia aos meus correligionários que uma das primeiras frentes de nosso governo deveria ser a saúde. E se for da vontade de Deus e do povo de Itapoá que eu seja eleito, o hospital será a nossa principal obra para o início de uma série de benfeitorias que pretendemos realizar no setor saúde de nossa cidade", promete Voltolini.

O candidato da coligação União por Itapoá lembra que somente uma administração competente poderá resgatar o atraso na saúde em Itapoá. "Temos que ter responsabilidade acima de tudo. É preciso agir com seriedade para que o povo de nossa cidade se sinta satisfeito com os serviços oferecidos. Com muitos recursos e apoio do governo estadual, nós vamos implantar o hospital para que nossa população tenha então mais qualidade de vida", concluiu o candidato.

EVERALDO VOLTOLINI

Ainda na entrevista, Voltolini falou sobre os problemas existentes na área da educação. "Todos sabem dos problemas existentes em nosso município, que tem um número muito grande de crianças fora da sala de aula. Quero distribuir kits de material escolar no início do ano letivo para estes alunos, além de garantir a merenda escolar de qualidade para todas as crianças da rede municipal", finaliza.

Previsto oficialmente desde 1992, o Hospital Municipal perdeu recursos, passou por sucessivos recomeços e chegou a 2026 ainda sem financiamento, modelo de funcionamento e data para o início da construção

A promessa de construção de um hospital público em Itapoá é mais antiga do que se imaginava. O primeiro registro oficial localizado é de março de 1992, quando o município ainda dava seus primeiros passos administrativos.

Naquele ano, o Plano Plurianual da Prefeitura colocou a "Construção de Hospital Municipal" entre as metas para 1992 e 1993. Isso significa que, há pelo menos 34 anos, o poder público reconhece oficialmente a necessidade de oferecer atendimento hospitalar dentro do município.

A obra, porém, não avançou. Em outubro de 1993, a verba de 90 mil destinada à construção, registrada na moeda vigente na época, foi retirada do orçamento. O dinheiro acabou transferido para uma reserva que poderia atender outras necessidades da administração municipal.

Foi o primeiro sinal de um problema que se repetiria nos anos seguintes: quando o hospital entrava no orçamento, acabava perdendo espaço para outras prioridades.

Em 2001, o projeto voltou a aparecer. Naquele ano, uma lei municipal retirou R$ 37,8 mil da rubrica destinada à construção. Em 2002, outros R$ 19,25 mil foram retirados de uma verba que, curiosamente, estava identificada como "Conclusão do Hospital Municipal".
O uso da palavra "conclusão" abre uma pergunta que ainda precisa ser respondida: existiu alguma obra, projeto ou contrato anterior?
A que hospital aquela verba se referia?
Nos documentos públicos consultados, não foi encontrada uma explicação clara.

Duas décadas depois, o assunto voltou com força. Em maio de 2022, a Prefeitura anunciou que a Vigilância Sanitária do Estado havia aprovado o projeto básico de arquitetura do Hospital Municipal Bom Jesus.
A proposta previa um prédio de 4.515 metros quadrados, com três andares e 38 leitos.
O hospital teria pronto atendimento, ambulatório, internação, centro cirúrgico e obstétrico, exames de imagem, farmácia e outros serviços.

A construção seria realizada na Rua João Horácio Vieira, na região central de Itapoá.
Na ocasião, a notícia foi apresentada como um grande avanço. Entretanto, a aprovação estadual dizia respeito ao desenho do prédio e ao cumprimento das regras sanitárias. Não representava liberação de dinheiro pelo Governo do Estado, autorização para começar a obra ou garantia de funcionamento do futuro hospital.

O então prefeito Marlon Neuber anunciou que a Prefeitura pretendia vender quase 400 terrenos municipais para financiar a construção. A previsão apresentada era de que o hospital ficasse pronto dentro de dois ou três anos.
Em junho de 2022, a Câmara aprovou uma lei autorizando o leilão de imóveis públicos.
A mesma lei determinou que todo o dinheiro arrecadado fosse empregado exclusivamente na construção do hospital.
Mas uma das principais perguntas permanece sem resposta: quanto o leilão efetivamente arrecadou, ou a intenção foi abandonada?
Nas fontes públicas consultadas, não foi localizado um relatório que informe de maneira simples quantos imóveis foram vendidos, quanto entrou nos cofres municipais, ou se houve alguma ação judicial impedindo a ação

Em agosto de 2023, a própria Prefeitura foi questionada sobre o valor que seria investido.
A resposta não apresentou números.
O Município informou apenas que o projeto estava em fase final e aguardava a aprovação da parte elétrica pela Celesc.
Na mesma resposta, a Prefeitura admitiu que ainda estudava como o hospital seria administrado e de que forma médicos, enfermeiros e demais profissionais seriam contratados.

Esse é um dos pontos centrais para entender por que a obra não avançou. Um hospital não depende apenas de paredes, salas e equipamentos. Precisa funcionar 24 horas, com profissionais, medicamentos, exames, alimentação, limpeza, manutenção e atendimento permanente.

Construir é apenas uma parte do desafio.
A despesa para manter um hospital funcionando se repete todos os meses e pode pesar durante décadas no orçamento municipal.

PROJETO VOLTA À FASE DE ESTUDO

Em 2025, a Prefeitura abriu uma nova licitação para contratar um estudo sobre a viabilidade do hospital. O trabalho começou oficialmente no início de 2026, com prazo anunciado de 120 dias. O novo estudo deveria responder perguntas básicas: Itapoá deve construir o hospital? Quantos leitos são necessários? Quais especialidades devem ser oferecidas? Quanto custará a obra? Quem administrará a unidade? Como ela será financiada e mantida?

Na prática, três anos depois do anúncio do projeto arquitetônico aprovado, o Município voltou a discutir o tamanho e o próprio modelo do hospital. Em março de 2026, uma nova lei criou o programa municipal de parcerias com empresas privadas e colocou o hospital entre as prioridades.

A lei abriu uma possibilidade de financiamento e administração, mas não representa o início da obra. Para que isso aconteça, ainda serão necessários estudos, consultas públicas, aprovação específica e uma nova licitação. Até o fechamento desta matéria, em agosto de 2026, não foi localizado nos portais públicos o relatório final do estudo, a licitação da construção, a ordem para início da obra ou a definição da fonte de recursos.

POR QUE O HOSPITAL NÃO SAIU?

Os documentos apontam uma combinação de causas. A primeira é a falta de continuidade. O hospital entrou no planejamento em 1992, perdeu verba em 1993, reapareceu no orçamento em 2001 e 2002 e voltou a ser anunciado com um novo projeto em 2022.
A segunda é a falta de uma fonte de dinheiro

A venda de imóveis foi apresentada como solução, mas o resultado financeiro do leilão não aparece de maneira clara nos documentos analisados.

A terceira é a ausência de um plano definitivo para manter o hospital funcionando.
Em 2023, o modelo de contratação dos profissionais ainda estava em estudo.
Em 2026, o Município continuava avaliando possíveis formas de administração.

A quarta causa é a dificuldade técnica da própria Prefeitura para conduzir projetos de grande porte.
Em um documento elaborado em 2025, o Município reconheceu que não possuía equipe interna com experiência suficiente para planejar obras complexas, buscar investimentos e organizar parcerias.

Enquanto isso, Itapoá continua com um Pronto Atendimento 24 horas. A unidade presta os primeiros cuidados e mantém pacientes em observação, mas não é um hospital e não possui leitos de internação.

A pressão sobre a saúde aumentou junto com a população. Itapoá passou de aproximadamente 14,7 mil moradores em 2010 para 30.750 habitantes no Censo de 2022, crescimento superior a 108%.

A estimativa oficial para 2025 chegou a 36.033 habitantes. Os casos que exigem internação, cirurgia ou atendimento mais complexo continuam, em grande parte, encaminhados para hospitais de Joinville e de outras cidades da região.

UMA PROMESSA QUE ATRAVESSA ELEIÇÕES

Desde 1996, Itapoá passou por oito eleições municipais. Não há documentação completa para afirmar que todos os candidatos, em todas as campanhas, prometeram construir o hospital. O que os registros permitem afirmar é que o tema atravessou diferentes governos, reapareceu em anúncios oficiais e voltou a ser apresentado no plano da campanha de Jeferson Garcia em 2024.

O hospital é uma promessa de grande impacto político porque está ligado a uma necessidade sentida diretamente pela população.
A cada novo projeto, estudo, terreno ou aprovação, uma etapa administrativa pode ser apresentada como sinal de que a obra está próxima.
O problema é que nenhuma dessas etapas, isoladamente, coloca o hospital em funcionamento.

Depois de 34 anos, a principal pergunta já não é se Itapoá precisa de um hospital.
O crescimento populacional, as transferências para outras cidades e a falta de leitos de internação demonstram que existe uma demanda concreta.
A pergunta que permanece é por que, durante mais de três décadas, nenhuma administração conseguiu reunir ao mesmo tempo um projeto completo, dinheiro garantido, modelo de funcionamento, equipe e prazo para entregar a unidade.

Sem essas respostas, o hospital continuará sendo apresentado como projeto para o futuro, enquanto a população segue esperando no presente.



A PROMESSA NO TEMPO

1992: Construção do hospital entra oficialmente no planejamento municipal.

1993: Verba destinada à obra é retirada do orçamento.

2001: Mais R$ 37,8 mil deixam a rubrica da construção.

2002: R$ 19,25 mil são retirados da chamada "Conclusão do Hospital Municipal".

2022: Projeto de 4.515 metros quadrados e 38 leitos recebe aprovação sanitária.

2022: Câmara autoriza venda de imóveis municipais para financiar a obra.

2023: Projeto ainda aguardava aprovação elétrica e não havia modelo de contratação da equipe.

2025: Prefeitura contrata novo estudo para definir tamanho, custo e funcionamento.

2026: Hospital é colocado entre as prioridades do programa municipal de parcerias, mas a obra continua sem data para começar.

AS RESPOSTAS QUE AINDA FALTAM

Quanto foi arrecadado com a venda dos terrenos? ou não houve as vendas? Porque?

Se sim, onde o dinheiro foi parar?

O que significava a "conclusão do hospital" prevista em 2002? Cadê a conclusão?

O projeto aprovado em 2022 ainda é válido?

Quanto custará construir, equipar e manter a unidade?

Quando será publicado o estudo iniciado em 2026?

Qual será a fonte de financiamento?

E, finalmente, em que data a construção começará?

PERCEBEU QUANTOS CANDIDATOS, NESTE PERÍODO, PROMETERAM HOSPITAL PARA ITAPOÁ!

A ESTRADA PROMETIDA HÁ MAIS DE 20 ANOS QUE COMEÇOU CONSUMIU RECURSOS E NUNCA CHEGOU AO FIM

Por: Wilson Cesar Malinoski - Registro 5007/SC

Estrada da Costa do Encanto avança nos estudos, mas obra continua sem data para recomeçar



Governo de Santa Catarina concluiu nova licitação ambiental, porém ainda não existe contrato para finalizar o asfaltamento da ligação entre Itapoá e Vila da Glória.

A estrada que liga Itapoá à Vila da Glória, no município de São Francisco do Sul, voltou a aparecer nos anúncios do Governo de Santa Catarina. Desta vez, o avanço está relacionado à contratação dos estudos ambientais necessários para tentar liberar a continuidade da pavimentação. Apesar da importância dessa etapa, o retorno das máquinas ainda não tem data definida. Conhecida oficialmente como Estrada Costa do Encanto, a ligação compreende o trecho entre a localidade da Jaca, em Itapoá, e o Estaleiro, na região da Vila da Glória. Aproximadamente dez quilômetros permanecem sem asfalto, causando dificuldades para moradores, trabalhadores e motoristas que utilizam a estrada.

Em dias de chuva, trechos da via acumulam lama e ficam mais difíceis de trafegar.

Nos períodos de tempo seco, a poeira atinge residências e compromete a qualidade de vida das famílias.

A situação também limita uma importante alternativa de deslocamento entre Itapoá, São Francisco do Sul e Joinville.

A Costa do Encanto começou a ser divulgada em 2003, durante o Governo Luiz Henrique da Silveira.

O projeto original envolvia oito municípios do litoral norte catarinense e pretendia integrar estradas, ciclovias e roteiros turísticos.

Em 2012, durante o Governo Raimundo Colombo, foi realizada a licitação para pavimentar 14,9 quilômetros entre a Vila da Glória e a Jaca.

A proposta vencedora foi apresentada pela Empreiteira Fortunato Ltda., no valor de aproximadamente R$ 21,8 milhões.

O contrato recebeu o número PJ-258/2012.

No final de 2013, a Câmara Municipal de Itapoá informou que a ordem de serviço havia sido assinada pelo governador e que a obra deveria ser concluída em dois anos.

Pela previsão anunciada naquele momento, o asfaltamento estaria pronto em 2015.

Isso não aconteceu. Em setembro de 2015, um documento publicado no Diário Oficial do Estado apontava que a obra havia alcançado 52,33% de execução física. Naquele momento, o contrato foi paralisado em razão de um embargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, relacionado à necessidade de proteção e acompanhamento de áreas com valor arqueológico.

Poucos meses depois, em janeiro de 2016, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região aprofundou o impasse.

A Justiça anulou as licenças ambientais concedidas pela antiga Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, a Fatma, e determinou que as obras somente poderiam continuar depois da elaboração de um estudo completo de impacto ambiental.

A decisão atendeu parcialmente a uma ação apresentada pelo Ministério Público Federal.

O MPF também havia pedido que o licenciamento fosse transferido para o Ibama, mas essa solicitação foi negada pelo Tribunal.

Portanto, o principal problema apontado pela Justiça foi a ausência de uma avaliação ambiental mais ampla, e não apenas a definição do órgão responsável pela licença.

Desde então, a pavimentação permanece interrompida. Em 2019, o Governo de Santa Catarina assumiu o compromisso de elaborar um Estudo de Conformidade Ambiental.

O trabalho deveria permitir a regularização das estradas que faziam parte do antigo Projeto Costa do Encanto e criar condições para a conclusão do trecho entre Itapoá e Vila da Glória.

Entretanto, o processo avançou lentamente. Estado, Ministério Público Federal, Instituto do Meio Ambiente, Funai e municípios envolvidos passaram anos discutindo quais estradas deveriam ser analisadas, quais impactos precisariam ser considerados e quem seria responsável pelas futuras medidas ambientais.

Durante essas negociações, a extensão do estudo chegou a ser calculada em 144 quilômetros. Posteriormente, o levantamento foi reduzido e definido em aproximadamente 84 quilômetros, distribuídos por nove trechos rodoviários do litoral norte catarinense.

Em 2025, a Secretaria de Estado da Infraestrutura lançou uma concorrência para contratar o estudo, com valor estimado em R$ 1,26 milhão.

A licitação fracassou depois que a única empresa participante foi inabilitada.

Um novo edital foi publicado em 2026. Desta vez, o orçamento estimado subiu para aproximadamente R$ 1,61 milhão.

Em julho, a concorrência foi homologada e a empresa Prosul Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. foi declarada vencedora, com proposta de R$ 1.489.689,67.

O estudo deverá analisar as condições ambientais das estradas, as áreas de preservação, a fauna, a vegetação e os possíveis impactos sobre comunidades indígenas.

Também deverá produzir documentos específicos para tentar viabilizar a retomada do trechoEstaleiro–Jaca. O prazo divulgado para a realização dos trabalhos é de aproximadamente 15 meses, contado depois da assinatura do contrato e da emissão da ordem de serviço.

Isso significa que a etapa ambiental poderá avançar até o segundo semestre de 2027, caso o cronograma seja cumprido sem novos atrasos.

É importante esclarecer que os R$ 1,48 milhão anunciados em 2026 não serão utilizados para colocar asfalto na estrada.

O dinheiro será destinado exclusivamente aos estudos ambientais e ao acompanhamento técnico do processo de licenciamento.

Depois da conclusão dos levantamentos, o material ainda precisará ser analisado pelos órgãos ambientais e pelas instituições envolvidas no processo judicial.

Somente após essas aprovações o Estado poderá atualizar o projeto, definir o orçamento necessário e abrir uma nova licitação para concluir a obra.

Neste momento, não existe contrato para executar o asfaltamento, empresa contratada para finalizar a estrada ou prazo oficial para o retorno das máquinas.

A contratação do estudo representa um avanço concreto depois de anos de reuniões, moções políticas e anúncios. No entanto, ainda não significa que a obra foi liberada.

A história da Costa do Encanto também não pode ser explicada apenas como consequência da atuação do Ministério Público ou da Justiça.

Os documentos mostram que o antigo projeto foi executado por partes, com licenças separadas e sem uma avaliação ambiental integrada.

Depois da paralisação, o poder público levou vários anos para definir o estudo exigido e conseguir concluir uma licitação.

Mais de duas décadas após o lançamento do projeto, a estrada que deveria aproximar Itapoá, Vila da Glória e Joinville continua dividida entre o trecho pavimentado e a parte de chão.

O novo estudo abre uma possibilidade de solução, mas a pergunta mais importante permanece sem resposta: **quando o Governo de Santa Catarina contratará e concluirá o asfalto?**

Costa do Encanto em números

2003: lançamento do projeto regional

2012: contratação da pavimentação14,9 quilômetros: extensão total do trecho Estaleiro–Jaca52,33%: execução física registrada em 2015.

2016: paralisação determinada pela Justiça

Cerca de 10 quilômetros: parte que permanece sem pavimentação. **R$ 1.489.689,67:** valor do estudo ambiental homologado em **2026**

Aproximadamente 15 meses: prazo divulgado para os estudos. **Sem previsão:** retorno das obras de asfaltamento.

Fontes consultadas: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Portal Nacional de Contratações Públicas, Assembleia Legislativa, Amunesc e Câmara Municipal de Itapoá.



EDITORIAL

O ESTUÁRIO QUE SE CALA E O PREÇO INVISÍVEL DE UM "PROGRESSO" FRAGMENTADO

A Baía da Babitonga, maior estuário de Santa Catarina, testemunha em silêncio sua própria metamorfose. Berço de vida marinha, sustento de pescadores e símbolo da identidade litorânea, ela vem sendo gradualmente transformada em um complexo portuário sem que a sociedade compreenda, de fato, o custo real dessa
O que se vê é um retrato de decisões tomadas aos pedaços ,RIMAS fragmentados, fatiados como um SALAME, licenças provisórias, suspensões judiciais e operações que já existem de fato. Enquanto isso, a química do diesel, escorrendo pelos escapamentos de milhares de caminhões, segue seu curso silencioso: para os pulmões de Itapoá, para as águas da Babitonga, para o futuro das próximas gerações.

A GEOGRAFIA DO DANO

De um lado, o Porto de Itapoá, que triplicou seu tamanho original, tornando-se vetor de desenvolvimento econômico, mas também o maior emissor de poluentes do município,37 milhões de litros de diesel S10 por ano, lançados diariamente no ar que se respira. Do outro, o Porto Público de São Francisco do Sul, o mais antigo da região, agora somado ao recém-licenciado Porto da Bunge, ao embargado judicialmente Porto Norte Sul (Sumidouro),
à TUP da COAMO (com licença ambiental provisória) e a outros empreendimentos que ainda podem surgir. Não se trata de um acidente regulatório. Trata-se de um modelo que naturaliza a sobreposição de impactos, como se o estuário tivesse capacidade infinita de absorver poluição e perda de biodiversidade.

A QUÍMICA DO PREJUÍZO

Os poluentes emitidos não são uma abstração técnica. Material particulado (MP2,5), óxidos de nitrogênio (NOx), monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos voláteis. Todos eles têm destino certo. No ar, formam ozônio tóxico e agravam doenças respiratórias. Na água, alimentam a eutrofização, o crescimento descontrolado de algas e a criação de "zonas mortas".
Nos manguezais, aceleram a degradação dos berçários naturais.
Na mesa do pescador, reduzem a produtividade pesqueira, já em queda desde 2011. E tudo isso acontece enquanto os estudos de impacto ambiental são apresentados separadamente, como se cada porto existisse numa bolha, ignorando o efeito sinérgico de múltiplas fontes num mesmo ecossistema.

A RESPONSABILIDADE NÃO PODE SER FRAGMENTADA

Os portos privados e a autoridade portuária pública compartilham o mesmo território, a mesma baía e o mesmo ar. Também compartilham, portanto, a responsabilidade pelos danos que produzem. Não se trata de criminalizar o desenvolvimento, mas de exigi-lo com responsabilidade. O crescimento econômico não pode ter como contrapartida a destruição silenciosa da saúde da população e a aniquilação do patrimônio natural que sustenta famílias inteiras. O Fundo Babitonga Viva, proposto como compensação permanente, não é um favor, é uma reparação necessária. Ele deve servir para, monitorar a qualidade do ar e da água, educar a comunidade sobre os riscos, reparar os pescadores e os manguezais degradados, tratar a saúde da população exposta diariamente à poluição.

UMA BAÍA QUE NÃO PODE VIRAR PASSADO

A Babitonga ainda respira. Mas seu sopro enfraquece a cada novo empreendimento licenciado sem visão integrada, a cada caminhão que circula sem fiscalização efetiva (motoristas abandonados a própria sorte) , a cada estudo que trata como separado o que é indivisível.
Se o complexo portuário avança, que avance com a dignidade que a baía merece. Que os portos paguem não apenas o custo operacional, mas o custo socioambiental de sua existência.
E que a sociedade, enfim, tenha acesso à verdade sobre o que se perde enquanto se ganha.
É hora de responsabilizar. É hora de agir. A Babitonga não pode virar estatística. Ela é vida, e vida não se negocia.

ITAPOÁ: 15 ANOS, 10 MILHÕES DE CONTÊINERES E UM PASSIVO QUE NINGUÉM QUER CONTAR...



Enquanto a empresa comemora recordes, a comunidade vive o outro lado da conta: degradação ambiental, infraestrutura abandonada e trabalhadores invisíveis. Especialistas apontam que o custo real do "desenvolvimento" pode ser maior do que o lucro declarado.

A CONTA QUE NÃO FECHOU

O Porto Itapoá completou 15 anos de operação em 2026 com uma marca impressionante: 10 milhões de TEUs (contêineres) movimentados desde 2011. Em notas oficiais, a empresa celebra eficiência, prêmios e selos verdes. Mas há uma contabilidade paralela, feita por moradores, pescadores, caminhoneiros e pesquisadores, que revela um retrato muito menos festivo.
O cálculo é direto e brutal: 10 milhões de contêineres rodaram, em média, 74 km dentro da região (ida e volta do porto): 740 milhões de km percorridos.· Caminhões a diesel fazem cerca de 3 km por litro. Resultado: 247 milhões de litros de diesel queimados. Cada litro libera 2,33 kg de CO_2. Totalizando: 575 mil toneladas de CO_2 lançadas na atmosfera desde 2011. Para absorver esse carbono, seria necessária uma floresta de 57 mil hectares (equivalente a 80 mil campos de futebol) trabalhando por 14 anos ininterruptos. Esse é o tamanho do passivo ambiental que nunca foi compensado. "A audiência pública original, em 2011, não previu nenhum fundo compensatório. Isso não foi um esquecimento, foi uma omissão que agora cobra seu preço", afirma um engenheiro ambiental que prefere não se identificar.

DOIS MUNDOS, UM MESMO MUNICÍPIO

Dentro dos portões do Porto Itapoá, o discurso é de alta tecnologia, rastreabilidade e sustentabilidade. Fora deles, a realidade é outra.

1- O inferno na estrada
Caminhoneiros autônomos relatam jornadas exaustivas, sem banheiros, sem sombra, sem água potável e sem qualquer estrutura de acolhimento. Muitos dormem nas cabines, à espera de liberação de carga, por horas ou dias. Não há estacionamento regulamentado, nem áreas de descanso dignas. "A gente é tratado como peça. O lucro do porto passa por cima da nossa dignidade", desabafa um motorista que faz a rota há mais de 10 anos.

2 -A cidade que não cresceu junto
Itapoá não tem hospital próprio. A população depende de unidades básicas de saúde sobrecarregadas e precisa ser remanejada para cidades vizinhas em casos graves. Escolas e creches são insuficientes para atender a demanda

gerada pelo boom logístico. O fluxo de caminhões pesados destruiu vias urbanas, aumentou o número de acidentes e elevou os níveis de poeira e ruído em bairros inteiros.

3- Mangues e pesca: o ecossistema que definha

Dados da Epagri e de estudos universitários apontam que 40% dos manguezais da região já foram impactados desde o início das operações do porto. **A pesca artesanal,** que sustentava famílias locais, entrou em colapso.

Não há monitoramento ambiental independente e contínuo. As medições de qualidade do ar, da água da Baía e da fauna marinha são feitas, na maioria das vezes, por empresas contratadas pelo próprio porto, o que levanta suspeitas sobre a isenção dos dados.

O RISCO AOS ACIONISTAS E AOS SELOS VERDES

O Porto Itapoá tem acionistas nacionais e internacionais, muitos com políticas rigorosas de responsabilidade socioambiental. Empresas como Maersk, MSC e CMA CGM, que utilizam o terminal, têm compromissos públicos com a neutralidade de carbono e com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.

No entanto, a associação com um passivo histórico não resolvido e com denúncias recorrentes de violações , ambientais e sociais pode:· Descredenciar o porto de certificações como ISO 14001, Green Marine e selos ESG, gerar riscos de reputação para os investidores. Abrir precedentes para ações judiciais coletivas no Brasil e no exterior, com base em tratados internacionais de proteção ambiental e direitos humanos.

"Os acionistas precisam ser notificados. Muitos deles provavelmente desconhecem que o lucro está sendo construído sobre um passivo que a comunidade já está pagando", alerta uma advogada especializada em direito ambiental.

O QUE PRECISA SER FEITO (E O QUE A COMUNIDADE EXIGE)

Moradores e Movimentos Sociais associações , e pescadores organizaram uma pauta mínima, que inclui:

1- **Criação imediata de um fundo compensatório**, com lastro nos 10 milhões de TEUs movimentados, para investir em: Saúde (construção de hospital municipal). Educação (creches e escolas públicas). Infraestrutura viária e drenagem. Recuperação dos manguezais e apoio à pesca artesanal.

2- Monitoramento ambiental independente, com participação da universidade pública, do MPF e MPSC e de órgãos federais, com dados abertos e auditoria externa.

3- **Dignidade para os caminhoneiros:** área de descanso com banheiros, água potável, alimentação, segurança e respeito à jornada de trabalho.

4- **Revisão da licença ambiental de operação**, com novas condicionantes que reflitam o impacto real acumulado em 15 anos.

A LIÇÃO DE ITAPOÁ

O desenvolvimento econômico não pode ser um jogo de soma zero,onde o lucro de poucos é pago com a degradação de muitos. O Porto Itapoá tem potencial para ser um vetor de prosperidade regional, mas só o será se incorporar, de fato, os custos humanos e ambientais que sua operação gera. Os 10 milhões de TEUs não são apenas um número a ser comemorado. São também um rastro de carbono, de asfalto rompido, de mangue morto e de vidas desassistidas.

A pergunta que fica é quanto vale, de fato, cada contêiner que passa por Itapoá?

O Futuro de Itapoá e da Babitonga

Exige Representação Política à Altura do Momento Histórico

Itapoá e o Norte de Santa Catarina vivem um momento decisivo. Não se trata apenas de uma pauta ambiental, mas de um projeto de desenvolvimento para uma das regiões que mais cresce no país. E esse projeto só será sustentável se tiver voz, força e representação nas esferas de poder estadual e federal.

Um Crescimento Explosivo que Exige Gestão

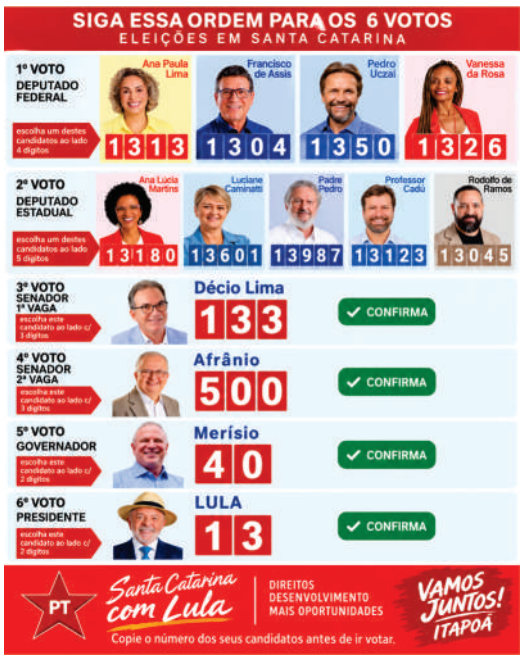
Os números impressionam. O Censo de 2022 apontou 30.750 habitantes, mas a população real já se estima em cerca de 50 mil residentes fixos, com forte fluxo migratório de paranaenses. A projeção é de que a cidade alcance 90 mil habitantes na próxima década. Na temporada, cerca de 1 milhão de veranistas passam pela cidade, pressionando infraestrutura, saúde, segurança e mercado imobiliário. Esse crescimento não é acidental. Itapoá está inserida em um eixo econômico dinâmico: faz divisa com o litoral do Paraná, região com cerca de 315 mil habitantes, e está a apenas 135 km de Curitiba, com seus 1,77 milhão de habitantes. Integra-se também ao entorno do litoral norte catarinense, com cerca de 344 mil habitantes, e mantém proximidade estratégica com Joinville, a maior cidade do estado. Tudo isso sem contar a vizinhança com os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Navegantes, além de abrigar o Porto de Itapoá , que mais cresce no Brasil e, em breve, o Porto da COAMO. O resultado dessa equação já se reflete no mercado imobiliário, apontado como um dos mais valorizados do país, com quatro cidades no entorno figurando entre as com o metro quadrado mais caro do Brasil.

Desenvolvimento com Equilíbrio:

O Grande Desafio Itapoá possui 32 km de praias em área de Mata Atlântica preservada. Seu plano diretor prioriza a proteção da fauna, flora e ecossistemas marinhos. A cidade tem vocação para se tornar referência nacional em crescimento equilibrado, unindo logística portuária, turismo e preservação rigorosa da Baía da Babitonga. Mas esse caminho não se constrói sozinho. Sem representantes comprometidos na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, no Senado, no Governo do Estado e na Presidência da República, o risco é que o crescimento desordenado e a especulação imobiliária se sobreponham à preservação ambiental, destruindo justamente o que torna a região única.

A Escolha Política como Ferramenta de Futuro

No próximo pleito, o eleitor de Itapoá e do Norte catarinense tem em mãos uma ferramenta de transformação. O Movimento Amor Pelas Águas (MAPA) analisou criteriosamente as candidaturas que assumiram compromissos públicos com a Baía da Babitonga e com o desenvolvimento sustentável da região. Não se trata de uma escolha partidária aleatória, mas de uma aliança estratégica por um projeto de futuro. Para garantir que essa visão chegue a Brasília e à capital catarinense, o MAPA indica:· Câmara Federal: Ana Paula Lima (1313), Francisco de Assis (1304), Pedro Uczai (1350) e Vanessa da Rosa (1326).· Assembleia Legislativa (ALESC): Ana Lúcia Martins (13180), Luciane Carminatti (13601), Padre Pedro (13987), Professor Cadu (13123) e Rodolfo de Ramos (13045). Senado: Décio Lima (133) e Afrânio (500).· Governo do Estado: Merísio (40).· Presidência da República: Lula (13).



Conclusão: Votar é Escolher o Futuro de Itapoá

Itapoá combina crescimento econômico explosivo, localização estratégica entre dois estados fortes e um patrimônio ambiental rico e frágil. Se conseguir harmonizar o desenvolvimento portuário, imobiliário e turístico com a preservação da Mata Atlântica, da Baía da Babitonga e de suas praias, a cidade se tornará um modelo nacional de desenvolvimento sustentável no litoral. Caso contrário, arrisca-se a perder sua identidade e seus ativos naturais para a pressão da especulação e do adensamento desordenado. O futuro de Itapoá depende diretamente de como essa equação será gerida hoje — e de quem estará no poder para garantir que ela seja gerida com coragem, visão e compromisso ambiental. Vamos juntos, Itapoá.

O futuro não espera. MAPA- Movimento Amor Pelas Águas.

SOS BAÍA DA BABITONGA



Descaso ou ganância exacerbada?

Quem está avaliando o efeito dominó da expansão portuária sobre a Baía da Babitonga?

A Baía da Babitonga é um dos mais importantes patrimônios ambientais, econômicos e sociais de Santa Catarina. Ao mesmo tempo em que concentra um complexo sistema de manguezais, rios, comunidades tradicionais, pesca e biodiversidade, a região vem recebendo uma crescente pressão de empreendimentos portuários, logísticos, industriais e imobiliários. Diante desse cenário, uma pergunta precisa ser feita aos órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento e pela fiscalização ambiental:

O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, IMA possui estudos capazes de avaliar as inter-relações e os impactos cumulativos dos diferentes empreendimentos instalados ou projetados no entorno da Baía da Babitonga?

Estamos falando, entre outros, dos portos de São Francisco do Sul e Itapoá, TGB/Bunge, TUP Coamo, Terminal Graneleiro da Babitonga e Porto Norte Sul, na região do Sumidouro.

A questão central não deveria ser analisar cada empreendimento isoladamente, mas compreender o conjunto de impactos provocado pela concentração dessas atividades em um mesmo sistema ambiental.

E se um acidente provocar um efeito dominó? Outro questionamento é ainda mais grave: existem estudos de riscos quantitativos que considerem a possibilidade de um acidente em um dos terminais provocar consequências sobre os demais empreendimentos, sobre as comunidades e sobre os ecossistemas da Baía?

Em uma região onde convivem cargas, combustíveis, produtos químicos, granéis, grandes embarcações, caminhões e intensa movimentação logística, é necessário conhecer os cenários de emergência. Um acidente ambiental, incêndio ou explosão poderia provocar um efeito dominó? E, em uma situação dessa natureza, a infraestrutura viária existente teria condições de garantir simultaneamente a circulação das cargas, a evacuação da população e o acesso de ambulâncias, bombeiros, Defesa Civil e demais equipes de emergência?

O fluxo viário está preparado para uma emergência de grandes proporções?

O desenvolvimento econômico está considerando quem trabalha nos terminais? Há ainda uma dimensão social que não pode ser ignorada.

Os caminhoneiros, trabalhadores portuários, pescadores, moradores das comunidades tradicionais e demais trabalhadores que sustentam a cadeia logística da região estão sendo tratados como parte fundamental desse processo de desenvolvimento? Ou a busca por eficiência, produtividade e lucro está deixando em segundo plano direitos elementares, condições dignas de trabalho, segurança, descanso, alimentação e atendimento básico aos trabalhadores?

Não podemos aceitar que a riqueza produzida pela Baía seja medida apenas em toneladas movimentadas, navios atracados e resultados financeiros. Existe uma conta social e ambiental desse desenvolvimento? Quanto vale a Baía da Babitonga? A Baía presta serviços ambientais de enorme importância.

Seus manguezais, áreas úmidas e demais ecossistemas contribuem para a biodiversidade, a proteção costeira, o ciclo de nutrientes e o armazenamento de carbono. Mas surge uma contradição: Enquanto os ecossistemas da Baía ajudam a absorver e armazenar carbono, quem está pagando a conta ambiental da expansão econômica? A riqueza gerada pela atividade portuária retorna proporcionalmente aos seis municípios que integram esse grande sistema estuarino? E quanto retorna para as comunidades que dependem diretamente da pesca? O berçário marinho está sendo comprometido? A Baía da Babitonga é reconhecida pela importância de seus ambientes estuarinos e de manguezal para a reprodução, alimentação e desenvolvimento de diversas espécies. Se esses ambientes são degradados, aterrados, impermeabilizados ou têm seus fluxos naturais alterados, quais são as consequências para a pesca? A diminuição da atividade pesqueira já observada pelas comunidades está sendo devidamente mensurada?

Existe compensação ambiental e social proporcional às perdas? Ou estamos diante de um processo em que os benefícios econômicos são privados enquanto os custos ambientais e sociais são distribuídos por toda a população?

Seis municípios e quem está cuidando do território? A Baía da Babitonga não pertence exclusivamente a um município. Seus problemas ambientais, urbanos e econômicos ultrapassam fronteiras administrativas.

Por isso, cabe perguntar aos prefeitos, câmaras municipais e demais autoridades dos seis municípios do entorno da Baía: Quais são as políticas conjuntas para proteger o sistema ambiental da Babitonga? Existe planejamento integrado para enfrentar a expansão portuária, o crescimento populacional, a ocupação do solo, o saneamento, a mobilidade, as enchentes e a proteção dos manguezais? A população está sendo chamada para participar das decisões que podem alterar definitivamente o futuro do território? O lucro cresce. E os problemas também? É preciso discutir uma equação que parece cada vez mais desequilibrada. De um lado, temos investimentos, movimentação portuária, valorização imobiliária, crescimento logístico e geração de receitas. De outro, aparecem problemas como "falta de creches, necessidade de educação técnica e profissionalizante, congestionamentos, precariedade da infraestrutura urbana, pressão sobre os serviços públicos e aumento dos riscos ambientais".A pergunta é simples: **O retorno econômico está sendo proporcional aos impactos sociais e ambientais produzidos?**

E mais: Quem fica com o lucro e quem fica com a conta?

O território está sendo impermeabilizado. Existe ainda uma transformação silenciosa, mas visível, do meio físico. Áreas naturais vêm sendo ocupadas, aterradas, desmatadas e impermeabilizadas. Quando grandes extensões do território deixam de absorver água, os fluxos naturais são modificados. Rios e canais podem sofrer alterações. Áreas de drenagem são reduzidas. E as consequências podem aparecer na forma de enchentes, alagamentos e maior vulnerabilidade das comunidades. Por isso, outra pergunta precisa ser dirigida aos órgãos ambientais e às administrações municipais:

Existe um estudo integrado sobre quanto da capacidade natural de drenagem da região já foi perdida pela ocupação e impermeabilização do solo? E, principalmente: Qual é o limite de ocupação que a Baía da Babitonga e seus municípios conseguem suportar sem comprometer a própria qualidade ambiental e a segurança da população?

A pergunta que não pode mais ser adiada:

Não se trata de ser contra o desenvolvimento econômico. Trata-se de perguntar qual modelo de desenvolvimento queremos para a Baía da Babitonga. Desenvolvimento não pode significar apenas mais navios, mais cargas, mais caminhões e mais empreendimentos. Desenvolvimento também precisa significar mais qualidade de vida, mais segurança, mais educação, mais proteção ambiental, mais oportunidades para os trabalhadores e mais respeito às comunidades tradicionais.

A Baía não é apenas uma rota para mercadorias.

É território de vida. É berçário marinho. É manguezal. É pesca. É cultura. É história. É trabalho. É patrimônio natural.

SOS BAÍA DA BABITONGA. Antes que os impactos se tornem irreversíveis, é preciso que IMA, municípios, órgãos de fiscalização, empresas, trabalhadores, comunidades tradicionais e sociedade civil respondam conjuntamente:

QUAL É O LIMITE? QUANTO A BABITONGA AINDA CONSEGUE SUPORTAR? E QUEM SERÁ RESPONSABILIZADO SE O DESENVOLVIMENTO DE HOJE COMPROMETER A VIDA DAS PRÓXIMAS GERAÇÕES?

João Bello
MAPA Movimento Amor Pelas Águas

O MANGUEZAL DA BARRA DO SAÍ FOI ENTERRADO POR UMA LICENÇA

Quem assina o atestado de óbito?



A obra em Itapoá é apresentada como progresso. Para o ecossistema que morreu sob os molhes, é sentença de morte executada com carimbo do IMA. A nova barra do Rio Saí-Mirim foi inaugurada em abril de 2026. Molhes de 230 e 251 metros, canal dragado, quase 30 mil metros cúbicos de sedimentos removidos. A prefeitura comemora: mais segurança para pescadores, escoamento de cheias, turismo náutico. O prefeito Jefinho Garcia chamou de "data histórica" .Enquanto isso, os manguezais do Saí-Mirim estão morrendo. Soterrados pelos sedimentos que a própria obra moveu. A vegetação que fixa o solo, filtra a água, abriga a vida marinha e protege a costa . Ecossistema classificado como Área de Preservação Permanente em toda a sua extensão pela Lei 12.651/2012, está sendo enterrada viva.

A licença que não viu o que estava na frente

O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) concedeu licença prévia com dispensa de licença de instalação. Um Estudo Ambiental Simplificado (EAS) substituiu o EIA/RIMA. A justificativa: obra de utilidade pública. Mas a lei é explícita. O Código Florestal estabelece que os manguezais são APP em toda a sua extensão, e que a supressão de vegetação nessa área só é autorizada excepcionalmente, quando inexistir alternativa .O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou que não há "direito adquirido a poluir ou degradar" , e que a proteção do manguezal é obrigação propter rem: adere ao título, não se apaga com o tempo. O STF é ainda mais categórico: **manguezal é patrimônio nacional**, e destruí-lo configura **crime ambiental tipificado na Lei 9.605/98** .

A pergunta não é se o IMA tinha competência para licenciar. É se cumpriu o dever de negar uma licença que, pela própria natureza do ecossistema afetado, exigia estudos conclusivos que o EAS não oferece.

Monitoramento sem dentes

A licença listou programas de monitoramento: linha de costa, macrofauna bentônica, batimetria. Nenhum deles incluía monitoramento específico da saúde do manguezal. Nenhum estabelecia gatilhos de paralisação caso o sedimento começasse a sufocar os pneumatóforos. Nenhum media a taxa de sedimentação sobre as raízes.

Quando o mangue começou a morrer, o sistema de monitoramento estava calado.

O dano só se tornou público quando já era irreversível. Isso não é falha de execução.

É falha de projeto de licenciamento.

Um plano que não prevê o dano principal do empreendimento não é um plano, é uma formalidade.

A pergunta que não quer calar

Quem deve responder pelo manguezal morto? O IMA, em primeiro lugar. Não por ter "deixado" a obra acontecer, mas por ter construído o arcabouço legal que a permitiu sem os estudos que a Constituição e o Código Florestal exigem para APP de proteção especial. A licença que dispensou EIA/RIMA é a peça-chave do desastre.

Sem ela, a obra não avançaria nos termos em que avançou. A Prefeitura de Itapoá, como contratante e beneficiária direta. Assinou o contrato, pagou R$ 16 milhões, comemorou a entrega. Não pode agora alegar desconhecimento dos impactos. O consórcio executor, solidariamente, na medida em que operou a dragagem e o lançamento de sedimentos que soterraram a vegetação.

Mas o elo mais frágil, e o mais decisivo, é o IMA. Um órgão licenciador que aprova intervenção em manguezal com estudo simplificado abdica da função de guardião. Vira cartório.

O que resta fazer

Primeiro, responsabilização administrativa e civil do IMA pelos técnicos e gestores que aprovaram a licença. O Ministério Público de Santa Catarina deve instaurar inquérito para apurar se houve negligência na análise do EAS.

Segundo, PRAD específico para o manguezal soterrado. Não basta replantar restinga nas áreas comuns do molhe . É preciso recuperar a função ecológica do mangue, o que, em casos de soterramento extenso, pode levar décadas ou ser impossível.

Terceiro, suspensão de qualquer nova intervenção na foz do Saí-Mirim até que se comprove ausência de risco ao manguezal remanescente.

A lição

Itapoá não é um caso isolado. É um padrão.

O IMA tem histórico de usar instrumentos simplificados para obras complexas em Santa Catarina. Em São Francisco do Sul, o MPSC conseguiu na Justiça a suspensão de licença do porto Sumidouro por "negação de estudos obrigatórios". Em Itapema, questiona-se o alargamento de praia aprovado por EAS.

O manguezal não vota, não protesta, não faz lobby. Por isso, é o primeiro a cair quando o licenciamento vira fast-track. A nova barra do Saí-Mirim pode até funcionar. Mas o preço foi pago por um ecossistema que a lei mandava proteger de forma absoluta. Se ninguém responder por isso, o próximo manguezal já tem sua sentença assinada.

ECOLOGIA SENSORIAL

Quando se mata quem purifica o Ar que se respira.
Quando se envenena a Terra, que fornece o alimento que se come.
Quando poluem as águas, essência de nossas vidas.
O fogo do Sol, alquimia que tudo interliga, acende os caminhos da realidade infinita.
Se do caos nasce a criação, estamos em ebulição criativa.
Ecologia Sensorial deve ser a saída.



GERALDO WEBER
ARQUITETO
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
PERITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
ENG° DE SEGURANÇA DO TRABALHO
PROJETOS • CONSTRUÇÃO • REFORMA
REGULARIZAÇÃO DE OBRAS
INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
PROJETO JUNTO AOS BOMBEIROS E REGULARIZAÇÃO
(47) 99984-8068
e-mail: arquiteto.geraldoweber@gmail.com
Av. André R. de Freitas, nº 508 • Sala 10 • Itapoana do Norte • CEP: 89249-000 • Itapoá • SC

Sol e Mar SUPERMERCADOS
32 anos servindo você e sua família!
O melhor para você e sua família!
(47) 99265-7224
Aqui, o seu bem-estar é a nossa praia!

CHAVEIRO 24 HORAS
Robson
@chaveiro_roberto_robson @robon chaveiro
47 99957-1619

Panificadora UAI
QUALIDADE E SABOR que você merece!
PÃES • BOLOS • DOCES • SALGADOS • CAFÉ
ACEITAMOS ENCOMENDAS PARA FESTAS E EVENTOS
Mais que pães, momentos inesquecíveis!
(47) 99600-9388 | AV. ANDRÉ RODRIGUES DE FREITAS, 895 ITAPEMA DO NORTE | @PANIUAI

Wilson César Malinoski
Jornalista & Publicitário - 5007/SC
(47) 98414-6153
/wilsonCesarMalinoski
CRIAÇÃO E IMPRESSÃO DE:
PLACAS • ADESIVOS • ARTES • IMPRESSOS

AMAI
ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE ITAPOÁ
Convite à População de Itapoá
AUDIÊNCIA PÚBLICA
A AMAI – Associação dos Motoristas Autônomos de Itapoá convida toda a população para participar da Audiência Pública, que discutirá a mobilidade urbana e a logística portuária em Itapoá, com foco nos impactos para a população, os caminhoneiros e o setor produtivo.
09 de outubro de 2026 (quinta-feira) | às 19h | Câmara Municipal de Itapoá, Avenida André Rodrigues de Freitas, 719 – Itapoá/SC
Participe. O caminhoneiro autônomo de Itapoá precisa ser ouvido.
AMAI – Associação dos Motoristas Autônomos de Itapoá
Estrada José Alves, nº 5000 – Poste 16
Bairro Jaguaruna – Itapoá/SC
Juntos na estrada, fortes no futuro.

NESTE ESPAÇO SÓ FALTOU VOCÊ
DISPONÍVEL

maxi FARMA
Saúde e bem-estar sempre com você!
DISK-ENTREGA
(47) 99674-8275
Av. André Rodrigues de Freitas, 1035
Itapema do Norte - Itapoá/SC.
@farmaciamaxifarmaitapoa
MEDICAMENTOS | CUIDADOS COM A SAÚDE | BELEZA E BEM-ESTAR

CASA DAS MOCHILAS
MALAS - BOLSAS - MOCHILAS - MALETAS - ACESSÓRIOS
47 99185-6413
@casadasmochilass
Av. André Rodrigues de Freitas, 883 - Itapoá SC
PROCURANDO PREÇO BAIXO?
EL Mochilito
RECORTE ESTA PUBLICIDADE E LEVE ATÉ A LOJA E GANHE 10% DE DESCONTO

“Conheça sua história, reconheça seus valores, cuide da sua imagem e tenha coragem de ocupar o seu lugar”

Entrevista **Revista Evva**

por· Jerusa Soares - Jornalista

Semilda: A elegância de quem escolheu não parar de se reinventar

Em setembro, Itapoá celebrou o aniversário de uma mulher que fez da elegância muito mais do que uma forma de vestir. Semilda Cunha é empresária, mentora, mãe e uma mulher que continua aprendendo, empreendendo, sonhando e se reinventando. Aos 60+, transformou sua relação com a moda em um propósito: ajudar pessoas a reconhecerem sua identidade, fortalecerem sua imagem e ocuparem seus espaços com mais segurança.

No ‘Entre Evvas’ desta semana, a aniversariante mais elegante de Itapoá compartilha um pouco da sua trajetória, sua visão sobre imagem e posicionamento e uma mensagem especialmente poderosa para outras mulheres:



Evva: Quem é você quando não está por trás da empresaria e mentora?
Semilda: Eu sou uma mulher intensa, curiosa, movida por desafios e apaixonada pela vida. Sou mãe, avó, filha, amiga e, acima de tudo, uma mulher que acredita que sempre podemos recomeçar e nos reinventar. Gosto de gente, de histórias, de aprender e de viver experiências. Tenho meus medos, claro, mas não permito que eles decidam por mim. Minha fé em Deus é a minha base e acredito que cada fase da vida tem um propósito.

Evva: Quando você percebeu que seu trabalho ia muito além da moda?
Semilda: Percebi que eu não estava simplesmente vendendo roupas. Eu estava percebendo pessoas. Na ***Dvestir,*** comecei a entender que muitas mulheres e homens não precisavam apenas de uma peça nova, mas de um olhar que os fizesse enxergar o próprio potencial. Foi aí que a moda ganhou outro significado para mim. ***A roupa é uma ferramenta.*** Ela pode revelar, fortalecer e comunicar aquilo que muitas vezes a pessoa ainda não conseguiu expressar.

Evva: Como a roupa, a postura e o comportamento revelam quem somos?
Semilda: Antes mesmo de falarmos, nossa imagem já está comunicando. A roupa, a postura, a maneira como caminhamos, olhamos, cumprimentamos e nos posicionamos contam uma história sobre nós. Mas imagem não é fantasia. Não é vestir um personagem para agradar alguém. É alinhar o que você veste com quem você é, com aquilo que acredita e com a mensagem que deseja transmitir. Eu costumo dizer: Moda veste. Imagem fala. Estilo marca e posiciona.

Evva: Para você, onde começa uma imagem verdadeiramente elegante?
Semilda: A elegância começa no comportamento. Uma roupa pode ser sofisticada, mas se não existe educação, respeito, postura e segurança, aquela imagem perde força. Para mim, elegância é quando aparência e essência caminham juntas. É saber quem você é, respeitar quem está ao seu lado e ocupar os espaços com segurança, sem precisar diminuir ninguém.

Evva: Por que alinhar imagem, comportamento e propósito pode transformar uma trajetória?
Semilda: Porque quando você entende quem é e começa a se posicionar de forma coerente, as pessoas passam a perceber aquilo que você realmente representa. O posicionamento traz clareza. Ele muda a maneira como você se apresenta, como se comunica, como escolhe seus ambientes e até as oportunidades que passa a atrair. E eu acredito que isso vale para a vida pessoal e profissional. Você não precisa se tornar outra pessoa para se posicionar. Precisa reconhecer o valor que já existe em você e aprender a comunicá-lo.

Evva: E existe algo que você gostaria de dizer que eu não perguntei?
Semilda: Eu diria: não espere se sentir pronta para começar a se posicionar. Comece com aquilo que você já tem. Conheça sua história, reconheça seus valores, cuide da sua imagem e tenha coragem de ocupar o seu lugar. Eu acredito profundamente que identidade não se compra em uma loja. Ela é construída, reconhecida e fortalecida.

E existe algo que considero muito importante: não precisamos escolher entre ser quem somos e evoluir. Podemos honrar nossa essência e, ao mesmo tempo, nos tornar uma versão ainda mais segura, elegante e consciente de nós mesmas. Mesmo após os meus 60 mais, continuo aprendendo, empreendendo, estudando, me reinventando e sonhando.

Que mensagem você deixa para quem deseja fortalecer sua imagem e seu posicionamento.
Semilda: A idade pode marcar o tempo, mas não precisa limitar os nossos sonhos. Hoje, meu propósito é justamente esse: olhar para pessoas e ajudá-las a enxergar aquilo que talvez ainda não estejam conseguindo ver em si mesmas; presença, confiança, identidade e potência. E talvez essa seja uma das maiores mensagens da minha história.



Coluna Social



Lucilda Filmadora
Colunista Social - Evva

Facebook
@lucifilmadora

ADRIANO E MARCIONEI

Irmãos na vida, irmãos na fé e irmãos na música



Adriano e Marcionei com o Cantor Cleiton Borges

Assim que conheci esses meninos, já fiquei fã e já comecei a filmar e a postar. Começaram sua carreira na música ainda jovens, em festas da localidade onde moravam e em bares. Aos poucos, foram ficando conhecidos e reconhecidos. Assim veio o sucesso. Sim, hoje são conhecidos por toda a região de Joinville, SC. Foram aos poucos conquistando fãs, que hoje lotam ônibus para irem aonde eles se apresentam fora de Joinville. Itapoá, SC, é uma cidade que também os acolheu e espera sempre que eles voltem. Já estiveram no Clube Céu Azul e muitas e muitas vezes no Rancho da Tia Cida, onde sempre é uma festa alegre e divertida.

Na verdade, sempre é uma linda festa onde eles estão. Anos atrás, participaram por duas vezes do programa de TV Raul Gil, onde fizeram sucesso. Têm CD gravado. Já faz uns meses que têm um novo integrante, o Maninho da Gaita. Também têm mais uma música deles em várias plataformas digitais: "Refém do Amor", que está fazendo sucesso. Recentemente, gravaram uma música com o cantor Cleiton Borges, "Te Deixo Ir", que será um grande sucesso e já é um grande sucesso: os fãs já cantam junto. E assim seguem a vida, de palco em palco, com boas músicas, levando alegria e conquistando muitos fãs. Não posso ir sempre aonde vocês estão, mas meu coração está sempre na torcida por vocês. "Meninos de Ouro" foi o apelido que dei, e pegou. Porque, na verdade, são uns meninos de ouro, pois quem os conhece nunca mais quer perdê-los. Deixam sua marca por onde passam. Eu até os adotei como meus irmãozinhos do coração.

Meus queridos, que Deus continue abençoando a vida e a carreira de vocês e a todas e todos os fãs.



Seja felizes para sempre, Abraços da mana Luci






CR Motos & Náutica
Preparação de Motos
Peças e Acessórios
Multimarcas
Motores de Popa
Jet Ski e Motos
DISK SOCORRO
crmotosenautica013@gmail.com
(47) 99974-1519 | (47) 99234-9606
Avenida Brasil, 4080 - Baln. Mariluz - Itapoá SC


O melhor para o seu pet você encontra aqui!
Produtos de qualidade, preço justo e muito amor para o seu melhor amigo!
PATINHAS AGROPET
(47) 99911-7383
patinhas_agropet_sc


DEPÓSITO
VENDE-SE TUBOS METÁLICOS
COMPRA-SE CARRO BATIDO PARA DESMANCHE
VENDE-SE TELHA TIPO SANDUÍCHE TRAPEZOIDAL.
WhatsApp: (41) 9 9508-1874


TEMOS PEIXES E CAMARÃO
RANCHO DA PRAIA ESQUECIDA
(47) 9 9609-4149


MADEIREIRA
IMARUÍ
99913-1388 | 98919-1478 | 3467-0600
Rua Embaútinga nº270 • Balneário Itamar • Itapoá/SC


Djonei de Lima
Podas de árvores | Roçadas
Aplicação de veneno
(47) 99758-4308


Especializada em Pisos e Porcelanatos
MICHELLE
Acabamentos
PISOS E PORCELANATOS
10 X NO CARTÃO SEM JUROS
(47) 9.9697-0021
R. 2350 nº 196 - Pontal Norte - Itapoá /SC


EMPORIUM BRASIL
PRODUTOS NATURAIS
(47)99969-8332
@imporiumbrasil.itapoa
AVENIDA DO PRÍNCIPE Nº 1350 ITAPOÁ - SC


MERCADO LITORÂNEA
A MELHOR CARNE DA REGIÃO!
WhatsApp
47992587993

PRAINHA DO CRISTO GANHA NOVA PASSARELA E VALORIZA AINDA MAIS UM DOS RECANTOS DE ITAPOÁ











Quem conhece a Prainha do Cristo, em Itapoá-SC, sabe que o lugar tem uma característica que vai muito além da praia.
É um daqueles cantos onde a natureza ainda consegue ser a principal atração.
E agora, uma nova estrutura veio acrescentar beleza e funcionalidade ao espaço.

A passarela construída no local acompanha o caminho em meio às árvores, passando sobre a areia e chegando até um pequeno córrego.
O resultado ficou bonito e, principalmente, integrado ao ambiente natural.

A estrutura cria uma espécie de caminho suspenso entre a vegetação, a areia e a água. Em alguns pontos, o visitante passa sob as árvores; em outro trecho, atravessa o córrego por uma pequena ponte, compondo um cenário que chama a atenção pela simplicidade e pela harmonia com a paisagem.

Mais do que facilitar a circulação, a passarela acabou se transformando em parte da própria experiência de quem visita a Prainha do Cristo. É um espaço que convida o visitante a caminhar com mais calma, observar a natureza e perceber detalhes que muitas vezes passam despercebidos.

E é importante registrar: os méritos pela concepção da ideia e pela criação desse projeto são do senhor Lincoln Brunkow e de sua equipe de criação Marildo e Marcos Speck Silvino, Juliano Pereira de Paula.

Foi a partir dessa visão que se buscou uma solução capaz de valorizar o espaço sem transformar a natureza em coadjuvante.
Esse talvez seja o grande mérito da proposta. A intervenção não tenta competir com a paisagem. Ao contrário, utiliza a própria natureza como elemento principal do projeto.

A Prainha do Cristo continua sendo o que sempre foi: um lugar de beleza natural, com árvores, areia, água e a presença marcante da Baía da Babitonga. A diferença é que agora existe um caminho que permite ao visitante enxergar e vivênciar esse cenário de uma maneira diferente.

Na Prainha do Cristo, um simples caminho acabou se transformando em parte da paisagem. E, neste caso, a criatividade parece ter caminhado lado a lado com a natureza.

Por: Cesar Malinoski
Fotos: Jerusa Soares











TURISMO | ITAPOÁ/SC

Prainha do Cristo

Passarelas revelam um dos cenários mais encantadores do litoral de Itapoá

Entre areia clara, águas tranquilas e reflexos que ampliam a paisagem, a Prainha do Cristo reúne beleza natural, contemplação e identidade local em um dos pontos mais fotografados da cidade.







Foto: Jerusa Soares | Fotojornalista

JORNAL DE ITAPOÁ
INFORMAÇÃO QUE CONECTA NOSSA CIDADE

Informação que conecta nossa cidade